



TERMO DE REFERÊNCIA

I. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

I.1 Objeto:

I.1.1 Registro de preço, para serviço de translado e futura e eventual aquisição de urnas mortuárias, translado e ornamentação em atendimento ao Fundo Municipal de Assistência Social de Rio Claro, para distribuição gratuita a pessoas carentes do Município.

I.2 Especificação do produto/quantitativos:

Item	Qtde.	Und.	Descrição
1	125	und	URNA SIMPLES 1,90 CM Urnas simples madeira sextavada chapa de fibra 1,90cm, com verniz, sem visor e alça dura. Acabamento interno de samilon branco, caixa e tampa de forro.
2	10	und	URNA Grande medida externa: 2,0m x 0,70m x 0,40m, medida interna: 1,95m x 0,65m x 0,37m; madeira sextavada chapa de fibra, com verniz, sem visor e alça dura. Acabamento interno de samilon branco, caixa e tampa de forro.
3	5	und	URNA INFANTIL 1,00M Urna infantil madeira sextavada chapa de fibra 1,00cm, com verniz, sem visor e alça dura. Acabamento interno de samilon branco, caixa e tampa de forro.
4	10	und	URNA NATIMORTO 60CM urnas natimorto - madeira sextavada chapa de fibra 60cm, com verniz, sem visor e alça dura. Acabamento interno de Samilon branco, caixa e tampa com forro.
5	5	und	URNA INFANTIL 1,30CM urnas infantil - madeira sextavada chapa de fibra 1,30cm com verniz, sem visor e alça dura. Acabamento interno de Samilon branco, caixa e tampa com forro.
6	15.000	km	TRANSLADO MORTUÁRIO
7	10	und	Urna extra Grande , medida externa: 2,15m x 0,89m x 0,53, medida interna: 2,13m x 0,85m x 0,48m; madeira sextavada chapa de fibra, com verniz, sem visor e alça dura. Acabamento interno de samilon branco, caixa e tampa de forro.
8	160	und	Ornamentação simples com flores naturais , frescas, em perfeito estado de conservação, contendo cada ornamentação: 2 pac de crisantemo amarelo ou branco, véu e vela.

Handwritten signature



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
FEV	005

II. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

II.1 Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):

II.1.1 O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da data da assinatura.

II.1.2 Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria promover a solicitação de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.

II.2 Prorrogação do Contrato:

II.2.1 Decidindo pela necessidade do contrato, o mesmo terá a vigência e prorrogações reguladas lei 14.133/21.

II.3 Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21):

II.3.1 As atas de registro de preços terão validade por até um ano e, quando decorrido esse prazo, poderão ser prorrogadas por até mais um ano, a critério da administração pública.

III. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

III.1 Interesse público:

III.1.1 A aquisição se justifica pela necessidade de fornecer urnas mortuárias às famílias em situação de vulnerabilidade, assistidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Essa medida garante que as famílias carentes recebam o apoio necessário em momentos de luto, cumprindo a responsabilidade social do órgão e proporcionando dignidade nesse momento delicado.

III.2 Metodologia do quantitativo:

III.2.1 O método utilizado para o levantamento da estimativa das quantidades a serem adquiridas para a compra de urnas mortuárias considera o levantamento de dados históricos e atas de registro de preços anteriores. Esse processo inclui a análise da demanda passada e das contratações anteriores para garantir uma estimativa precisa e ajustada às necessidades atuais.

III.3 Justificativa do Quantitativo solicitado:

III.3.1 Uma análise de contratos anteriores, assim como dos dados históricos de fornecimento de urnas mortuárias, oferece uma base sólida para estimar as quantidades necessárias. Essa análise inclui o número de famílias




ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
TEMA	006
	

atendidas, a frequência de fornecimento e o tipo de urna fornecida, garantindo que a estimativa atenda adequadamente às necessidades atuais da população em situação de vulnerabilidade.

IV. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

Estudo Técnico Preliminar nº 010/2024 (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

V. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

V.1 A escolha da Ata de Registro de Preços como método para a aquisição de urnas mortuárias é justificada por diversos fatores que garantem eficiência, economia e agilidade no processo de contratação pública. As principais justificativas são:

VI.1.1 O processo é mais ágil, permitindo que as urnas estejam disponíveis de maneira mais rápida para atender demandas emergenciais ou contínuas.

VI.1.2 As atas garantem que os preços sejam competitivos, uma vez que o processo licitatório original já contemplou uma análise de mercado e a seleção de propostas vantajosas.

VI.1.3 A ata assegura a uniformidade dos preços para todos os aderentes, evitando variações significativas entre diferentes contratações.

VI.1.4 A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de produtos conforme a demanda, evitando compras desnecessárias e otimizando o uso dos recursos públicos.

VI.1.5 A ata oferece flexibilidade para ajustar a quantidade adquirida durante sua vigência, o que é essencial em situações de variação na demanda (como em desastres ou crises sanitárias).

VI.1.6 A Ata de Registro de Preços é amplamente utilizada e regulamentada pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), o que oferece segurança jurídica e transparência para a administração pública.

VI.1.7 A escolha do fornecedor já passou por um processo licitatório anterior, o que garante que a empresa selecionada possui as condições técnicas e financeiras para atender ao contrato.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
FL	002

VI.1.8 Esses fatores tornam a Ata de Registro de Preços uma escolha eficiente, garantindo a aquisição de urnas mortuárias com custo-benefício vantajoso, agilidade no processo e segurança para o órgão contratante.

VI. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

VI.1 Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021):

VI.1.1 Caso necessário, a comprovação de qualificação técnica poderá ser solicitada para garantir a aptidão do fornecedor no atendimento aos requisitos da contratação.

VI.2 Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços:

VI.2.1 Poderá ser solicitada a apresentação de documentos adicionais junto à proposta de preços, se necessário, para comprovação de regularidade fiscal, jurídica, entre outros.

VI.3 Vistoria Prévia (observado os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021):

VI.3.1 A realização de vistoria prévia poderá ser solicitada, caso necessário, para assegurar que o fornecedor tenha pleno conhecimento das condições de entrega ou prestação do serviço.

VI.4 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021):

VI.4.1 Caso necessário, poderá ser solicitada a apresentação de amostra ou demonstração das urnas para verificar conformidade com as especificações e padrões de qualidade exigidos.

VII. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LGPD))

VII.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, contrato, ata de registro de preços ou qualquer outro instrumento congênere que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
FL. Nº	008

VII.2 É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública. É dever da Administração Pública a adoção de medidas para que os dados pessoais das partes envolvidas não tenham repercussões para além da vida pública.

VII.3 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

VII.4 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

VII.5 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

VII.6 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

VII.7 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VII.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

VII.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

VII.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

VII.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

VII.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em



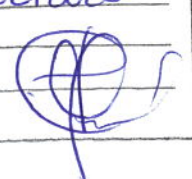
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Rio Claro

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Fundo Municipal de Assistência Social

PROCESSO Nº	16212025
FLN	009



especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

VII.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD, deverão ser comunicados à autoridade nacional.

VIII. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

VIII.1 O fornecimento de urnas e serviços deverá ocorrer em um prazo máximo de 2(duas) horas a partir da solicitação, 24(vinte quatro) horas por dia, 7(sete) dias por semana.

VIII.2 O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias.

VIII.3 O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

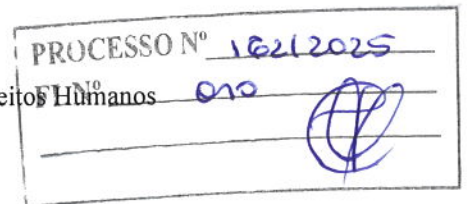
VIII.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).

VIII.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).

IX. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

IX.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.

IX.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo



tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.

IX.3 A execução do contrato deverá produzir efeitos significativos na melhoria das condições de higiene e saúde das unidades assistidas, aumentar a eficiência operacional, proporcionar economia e racionalização de recursos, garantir a qualidade no atendimento. Estes efeitos são fundamentais para que a administração pública cumpra seu objetivo de proporcionar um serviço de qualidade e melhorar a qualidade de vida da população atendida.

X. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

X.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

X.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

X.3 Ficam indicados como futuro fiscal (ou comissão de fiscalização, se for o caso) e futuro gestor do contrato, os seguintes servidores (se for o caso):

X.3.1 Gestor do futuro contrato: Júlio César Rocha de Camargo Castro, Matrícula 20/597, Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

X.3.2 Fiscal do futuro contrato: Eduardo Gonçalves, Matrícula nº 21/834, Chefe de Divisão de Almoxarifado.


XI. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

XII.1 O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.

XII.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.



PROCESSO Nº	16212025
FLNº	017
Humanos	



XII. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

XI.1 A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços? (x) sim ou () não

XI.2 Critério de Julgamento:

XII.2.1 Menor Preço por item

XIII. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

XIII.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

XIV. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

XIII.1 A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

02.1204.08.244.00302.167 - 3.3.90.39.99 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica (BENEFICOS EVENTUAIS)


XV. DISPOSIÇÕES GERAIS

XV.1 Não há disposições gerais.

XVI. ANEXO(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

XVI.1 Não há anexos.

Rio Claro – RJ, 03 de outubro de 2025.


Julio Cesar Rocha de Camargo Castro
Secretário Municipal de Assistência
Social e Dir. Humanos
PMRC 20/597